

Pemex e Petrobrás: a privatização do monopólio estatal do petróleo, como resultado de políticas neoliberais.

João Rodrigues Neto¹

INTRODUÇÃO

A participação do Estado nas atividades consideradas estratégicas, com potencial para a exploração industrial foi o ponto de partida para a presença do Estado produtor e monopolista, nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico. Esse procedimento ocorreu tanto no Brasil, com Petrobrás, como no México, com a Pemex.

O Estado deixou sua condição de mero regulador da acumulação, tornando-se, efetivamente, um importante agente produtor, através de um conglomerado de empresas públicas, ao organizar todas as atividades do setor petroquímico, naqueles países.

Os propósitos apresentados pelo Governo definiam a intervenção estatal, como o principal condutor ao processo de industrialização ou do desenvolvimento capitalista, em relação aos países centrais mais avançados tecnologicamente.

Essa atuação ocorreria em setores produtivos que exigiam grandes inversões, diante da fragilidade do Estado para manter o controle de indústrias consideradas estratégicas para a economia nacional, tais como a indústria de ferro e aço; a indústria química pesada; a indústria de equipamentos e materiais ferroviários; a indústria elétrica pesada (inclusive de equipamentos e materiais para serviços de comunicações); a indústria automobilística; a indústria de construção naval; e, principalmente, a indústria petrolífera (considerada estratégica para a segurança nacional, além de incluir todos os setores produtivos da petroquímica), como é o caso do Brasil e México, ora estudado.

Tanto a Pemex como a Petrobrás, enquanto executoras de monopólios estatais, concentraram suas atividades em setores estratégicos que pudessem produzir e fornecer matérias-primas para o parque industrial nacional e assegurar o abastecimento do mercado interno, de petróleo e seus derivados, com a finalidade de consolidar o processo de industrialização, assim como, criar as condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social.

¹ Professor Titular, Departamento de Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Brasil -. Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP-SP. Pós Doutorado pelo El Colégio de México. Correio Eletrônico: joroneto@ufrnet.br

O método utilizado, neste trabalho, foi o histórico analítico, baseado em dados secundários e o enfoque teórico está concentrado na lógica institucionalista, corrente hegemônica que vislumbra o processo de desenvolvimento econômico com a participação efetiva do Estado de forma limitada ou apenas, com a função de regulador das atividades econômicas.

O objetivo deste trabalho é comparar a história do monopólio do petróleo, no México e no Brasil, identificando as especificidades de cada um, que expliquem como ocorreu o processo de privatização das atividades de exploração e produção de petróleo. Para tanto, resgata-se toda uma trajetória histórica das duas empresas: Pemex e Petrobrás, enfatizando a gênese e o processo que deu origem a quebra do monopólio das duas estatais.

A Gênese do monopólio estatal do setor petrolífero: México e Brasil.

1 - PEMEX – Petróleos Mexicanos S. A.

A história do petróleo, no México, tem início em 1863, quando um sacerdote de nome Manuel Gil y Saénz descobriu uma jazida superficial de petróleo de valor comercial, a qual denominou de “Mina de Petróleo de San Fernando”, situado próximo de Tepetitlán, em Tabasco. Após enviar alguns barrís para análise, em Nova York, constatou-se tratar de um petróleo de boa qualidade. *Ciertamente, hasta antes de 1900, la producción de petróleo crudo en México fue insignificante y se caracterizó, entre otras cosas, por la estrechez de recursos financieros por parte de quienes se involucraron en este negocio, mexicanos y extranjeros* (De La Borda, 2006).

A história da Pemex tem um marco historiográfico importante que é a Revolução Mexicana entre 1910 e 1920, que a antecede a sua criação. Outro fato histórico que contribuiu para a criação da Pemex foi a organização do “*Sindicato dos trabajadores Petroleros de la República Mexicana*”, em 1935, uma iniciativa do governo de Lázaro Cárdenas, que fortaleceu o movimento dos trabalhadores do setor petrolífero, em 1936. Essa decisão do governo de Cárdenas facilitou a atuação do Sindicato, que enviou as 15 empresas do setor petrolífero, uma proposta de “Contrato Coletivo de Trabalho”, em que a pauta principal era um plano salarial para as diversas categorias, o que foi negado pelas empresas. Essa decisão resultou numa greve dos trabalhadores, em 20 de maio de 1937. Com a interferência do Presidente Lázaro Cárdenas Del Río, a greve encerrou-se em 9 de junho de 1937. A proposta dos trabalhadores foi enviada à Justiça. Primeiro, a Junta de Conciliação e Arbitragem que foi favorável a proposta dos trabalhadores. Depois, foi a vez das empresas recorrerem a Suprema Corte de Justiça, que é a

Instituição máxima da Justiça mexicana; a qual confirmou a decisão da Junta de Conciliação e Arbitragem. Esse conflito empresas versus trabalhadores foi o início de um enfretamento que tornou tensas as relações entre as empresas e o Estado, o que resultaria na nacionalização do setor petróleo mexicano, ou seja, deu-se início ao processo de expropriação de todas as empresas do setor.

Outro fato histórico ocorreu, em 23 de junho de 1937, a expropriação de “*los ferrocarriles*”, pelo presidente Cárdenas, sob o pretexto de que “*vicios y deficiências en el manejo del sistema, que son endémicos y que han retrasado el progreso técnico de las líneas con perjuicio para la economía del país y para cada uno de los usuarios del servicio*” (PAZOS, 2008). Mas, a nacionalização da terra foi considerada a mais importante, por ter sido a primeira expropriação que seria repartida entre os camponeses, e porque estariam as riquezas do subsolo, asseguradas em poder do Estado e da sociedade mexicana. Assim, terminaria o domínio de estrangeiros sobre as terras mexicanas, principalmente, aquelas situadas nas regiões produtoras de petróleo.

A nacionalização do setor petrolífero mexicano foi resultado do Decreto assinado, em 19 de março de 1938, pelo Presidente Cárdenas com base na “*ley de expropiación*”, conforme o Artigo 27, da Constituição Mexicana, de 1917². *La expropiación por causa de utilidade pública, según aludía el Decreto, incluía a favor del Estado la maquinaria, instalaciones, edificios, oleoductos, refinerías, tanques de almacenamiento, vías de comunicación y en general todos los bienes muebles e inmuebles propiedad de las siguientes empresas:*

Compañía Mexicana de Petróleo El Águila, S. A.; Compañía Naviera de San Cristóbal, S. A.; Compañía Naviera San Ricardo, S. A., Huasteca Petroleum Company; Sinclair Pierce Oil Company; California Standard Oil Company; Compañía Petrolera El Agwi, S. A.; Compañía de Gas y Combustible Imperio; Consolidated Oil Company; Compañía Mexicana de Vapores San Antonio, S. A.; Sábalo Transportation Company; Clarita, S. A.; Cacalilao, S. A. (PAZOS, 2008).

Em 1938, no período da expropriação do setor petrolífero, o México era considerado um dos países com maior reserva de petróleo no mundo. Essa riqueza, em grande parte,

² O artigo 27 da Constituição Mexicana, de 1917, incorporou ao programa nacionalista a determinação de que toda riqueza do subsolo passava a ser propriedade do Estado. As empresas petrolíferas tinham contratos de concessões para explorar petróleo e domínio absoluto sobre a posse de terras. As companhias estrangeiras estavam amparadas por direitos de propriedade privada, de constituição anterior e asseguravam que o Estado estaria violando um direito pré-estabelecido.

estava sob o controle de empresas anglo-holandesas. A expropriação, apesar de envolver empresas norte-americanas, o Governo dos Estados Unidos da América não se contrapôs ao processo de expropriação, porque o principal objetivo era eliminar a interferência europeia na exploração de petróleo no México. A expropriação foi atentamente acompanhada pelos governos dos países sul-americanos e não houve contestação, haja vista, *La expropiación logro amplias repercusiones de diferente signo e importância en la región más austral de Sudamérica, en buena medida gracias a la propaganda oficial del gobierno mexicano*” (ZULETA, 2013). A atitude foi positiva do governo mexicano em divulgar todo processo de expropriação do setor petróleo, ao organizar uma ampla propaganda e difusão do fato, em todo o país e no exterior.

A empresa Petróleos Mexicanos S. A. – PEMEX, foi criada por decreto presidencial em 7 de junho de 1938, que se constituiu como monopólio de Estado, como empresa descentralizada do Governo Federal; e, de personalidade jurídica própria. O patrimônio foi constituído pelos bens expropriados das empresas estrangeiras. As metas fundamentais determinadas à PEMEX seria abastecer o mercado interno e, promover o crescimento da produção e gerar excedentes para exportações. Assim, estavam definidas outras ações que a *PEMEX tiene como misión dedicarse a administrar, aprovechar, transformar, comercializar y conservar un recurso no renovable considerado de gran interés para la soberanía nacional y de gran importancia en la estructura económica del país* (ROUSSEAU, 2006). O pensamento do Presidente Lázaro Cárdenas ao informar a sociedade mexicana, que decretou a nacionalização do setor petrolífero, em 18 de março de 1938, enfatizou que a expropriação e a nacionalização da indústria de petróleo, representava o primeiro passo decisivo para a independência econômica do México.

O pensamento e o despertar do nacionalismo, numa dimensão econômica, revela que o Governo Mexicano do Presidente Lázaro Cárdenas, tomou uma decisão acertada, em um momento histórico de recuperação da soberania nacional. Como resultado da expropriação, difundiu-se em toda a América Latina o pensamento nacionalista, talvez influenciado pelo despertar da ideologia do positivismo, no final do século XIX, e, naquele momento, em que o governo se voltava para a discussão do processo de desenvolvimento, ou seja, de industrialização (exemplo do caso brasileiro do Governo de Getúlio Vargas), na busca de soluções para resolver o problema do atraso econômico. Portanto, o caso mexicano também se concentrava na questão da industrialização, porque *de hecho, entre 1938 y 1976 el objetivo principal de la*

indústria petroléira mexicana consistió en la satisfacción de la demanda interna de hidrocarburos y en apoyo al proceso de industrialización para sustitución de importaciones, mediante precios muy bajos (subsidiados) de la energía” (ESPERANZA, 1984). O Governo de Lázaro Cárdenas tinha conhecimento da complexidade que enfrentaria depois da expropriação no que se referente a estruturação administrativa e produtiva da empresa e também, ao comportamentos hostil das companhias petrolíferas estrangeiras em relação ao México³. Além de criar a Petróleos Mexicanos - PEMEX para assumir as atividades de exploração, produção e refino de petróleo; criou também a Distribuidora de Petróleos Mexicanos, que seria encarregada de abastecer o mercado de petróleo e derivados. *Los años comprendidos entre 1938 y 1946 pueden considerarse como la etapa formativa de PEMEX. Comprende dos años en los que PEMEX actuó como parte de conglomerado de empresas creado por el gobierno a partir de la expropiación y seis años como la única empresa encargada del manejo de toda la industria* (De La Borda, 2006). A fase seguinte da história da PEMEX marca o início da consolidação e expansão das atividades, bem como, da integração vertical do setor petrolífero mexicano.

2 - PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S. A.

O marco histórico da participação do Estado, no setor petrolífero brasileiro, data de 1938, quando foi criado, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o Conselho Nacional do Petróleo – CNP com atribuições e objetivos bem definidos que cumpririam o plano de desenvolvimento da atividade petrolífera. Na realidade, a atuação do Conselho Nacional de Petróleo – CNP -, no período entre 1938 e 1953, corresponde à consolidação das atividades de pesquisa e exploração, principalmente no Recôncavo Baiano.

A criação do monopólio estatal do petróleo foi resultado de um longo debate entre nacionalistas e liberais que ocorreu entre o final da década de 1940 e 1953. Em um primeiro momento, o debate deu-se no Clube Militar, no Rio de Janeiro, e, posteriormente no Congresso Nacional.

³ Según Esperanza (1984) p.29, después de que esta medida fue anunciada, las compañías tomaron diversas medidas:

- a) Apelaron ante las cortes mexicanas, presentaron denuncias ante los gobiernos de Estados Unidos y de la Gran Bretaña;
- b) Promovieron en los Estados Unidos y en otros países una amplia campaña publicitaria en contra de México; y,
- c) Pudieron orquestar un boicot efectivo en el mercado mundial tanto en contra del petróleo mexicano como del equipo, abastecimiento y servicios que compañías extranjeras ofrecían a México.

As discussões, em torno do monopólio estatal do petróleo foram abrangentes desde a questão da estratégia de segurança nacional, como uma questão de soberania nacional, incluiu temas como: a industrialização e o desenvolvimento econômico. Essas discussões, no âmbito das forças Armadas, provocaram uma divisão dos militares. De um lado, aqueles considerados nacionalistas, e de outro, aqueles contrários à instituição do monopólio. Outros temas preocupantes da política econômica interna, como o combate à inflação e quais os mecanismos que seriam definidos, naquela ocasião, para o controle da emissão de moeda e os gastos públicos, assim como, a definição de uma política externa brasileira. As posições ideológicas dos dois grupos, por um lado, *os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo e independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o capital estrangeiro, os nacionalistas encaravam com muitas restrições, seja por razões econômicas, seja porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional (FAUSTO, 2006).*

Esse foi o discurso defendido pelo General Horta Barbosa ao longo da campanha “O Petróleo é Nosso”. Preocupou-se em disseminar suas teses nacionalistas, utilizando argumentos técnicos embasados politicamente e ao mesmo tempo em que, defendeu o princípio da soberania nacional. A soberania nacional, *enquanto um objetivo nacional capaz de manter a Nação intangível, assegurando sua capacidade de autodeterminação (COMBLIN, 1978).*

Por outro lado, *os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro (FAUSTO, 2006).* O principal defensor dessa tese foi o General Juarez Távora, durante as conferências que realizou no Clube Militar. É importante destacar que, três militares anticomunistas, que se consideravam inimigos do populismo, ou seja, opositoristas do segundo Governo de Getúlio Vargas, começaram uma campanha pela renúncia do presidente, foram eles: os Generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Quanto à política externa, se discutiu, naquela ocasião, sobre que posição tomaria o Brasil, no âmbito das relações internacionais, *os nacionalistas eram favoráveis a uma*

posição de distanciamento ou mesmo de oposição relativamente aos Estados Unidos. Enquanto, os adversários do nacionalismo defendiam a necessidade de o Brasil se alinhar irrestritamente com os americanos no combate mundial ao comunismo, em uma época de agravamento das tensões resultantes do início da Guerra da Coréia (FAUSTO, 2006).

Nesse debate, pode-se observar que, preponderava no pensamento dos nacionalistas o petróleo como uma questão nacional, ao mesmo tempo em que, defendiam a tese da soberania nacional e não estava descolada da ideia da segurança nacional enquanto uma doutrina. Uma doutrina, que atribui ao Estado um papel de *agente da estratégia nacional, encarregado de colocar o Poder Nacional à disposição dos Objetivos Nacionais (COMBLIN, 1978)*. E todo esse corpo ideológico estaria objetivado num processo de industrialização nacional e teria como meta maior: o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, a questão do petróleo como uma questão nacional, teve um significado muito forte em se definir, que país seria legado às futuras gerações e como manter a Nação, soberana, autônoma e independente. Aos adversários do nacionalismo só importava que a questão do petróleo tivesse um desfecho, independente do formato na exploração das riquezas naturais (petróleo), preferencialmente, fosse realizado pelo capital estrangeiro (trustes estrangeiros), que resultasse no abastecimento do mercado interno de combustíveis líquidos e desta forma, teria sua importância para a defesa nacional. A presença de empresas estrangeiras, mesmo monopolizando o setor petrolífero nacional, traria benefícios para o país, através de investimentos em outros setores produtivos, o que poderia alavancar o processo de desenvolvimento econômico e social.

Após a eleição de Getúlio Vargas para um segundo mandato de Presidente da República, a campanha “O Petróleo é Nosso” tomou uma dimensão nacional e se radicalizou nas manifestações contra o Estatuto do Petróleo (idealizado no Governo Eurico Gaspar Dutra 1946-1950) e a favor da nacionalização do setor petrolífero. A campanha “O Petróleo é Nosso” foi capaz de unir os diversos segmentos da sociedade civil e de partidos políticos, com um só propósito: defender a nacionalização do setor petrolífero. Uma aliança firmada entre militares e técnicos do Governo, baseada numa ideologia estatizante e nacionalista, foi importante para formar um aparato militar em torno da questão nacional do petróleo.

Destacam-se nessa aliança personalidades como: Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes, Aldo Franco, Rômulo de Almeida, Jesus Soares

Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás Accioly Borges. Esse debate que tinha como ponto central de discussão tanto a possibilidade de desenvolver, no país, a indústria petrolífera, como esclarecer à opinião pública, que não existiria, por parte do cartel internacional do petróleo, interesses em realizar investimentos na exploração de petróleo e nem promover o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Foi uma campanha que mobilizou todo País, onde a grande tribuna era a do povo nas ruas e praças (sem a participação de partidos políticos e sem qualquer personalismo) e o discurso principal tinha como objetivo: a conscientização dos interesses nacionais no controle estatal de toda atividade do setor de petróleo. A participação na campanha O Petróleo é Nosso, do deputado do Partido Republicano (PR) e ex-presidente Arthur Bernardes, nacionalista e grande defensor do monopólio estatal, que chegou a fazer comparações, ao dizer que *duvido que os grandes movimentos nacionais como a Independência, a Abolição e a República tenham empolgado mais rapidamente o nosso povo do que essa campanha do petróleo, campanha da Redenção. A luta é árdua, mas a vitória do povo é certa, porque sua causa é justa. Defendemos hoje pacificamente a nação, para evitar ter que defendê-la amanhã, de armas em punho (CUPERTINO, 1976).*

O grupo de oposição (considerados entreguistas: parlamentares, industriais tradicionais, ortodoxos, internacionalista, além de autoridades do Governo), capitaneado por Assis Chateaubriand e Juarez Távora, além de Paulo Bittencourt, Otávio Mangabeira, Odilon Braga e O. Henry Leonardos, ao projeto do monopólio do setor petrolífero ou a campanha “O Petróleo é Nosso”, argumentavam que esse era um movimento arquitetado e manipulado pelos comunistas (tese de concepção norte americana em defesa das empresas multinacionais do petróleo).

Na verdade, o que estava no centro da discussão era uma consciência nacional, de que o Brasil necessitava de instrumentos ou mecanismos capazes de criar as condições necessárias – uma infraestrutura energética - ao desenvolvimento industrial, o que evidenciava a urgência da implantação da industrialização de bens de capital, como forma, de colocar o país no caminho do desenvolvimento econômico e social.

A história do petróleo, como uma questão nacional, está associada a duas correntes antagônicas, que discutiram a viabilidade da participação ou não do Estado e/ou do capital internacional (cartel internacional do petróleo), na implantação de uma indústria petrolífera brasileira. Estava em discussão, qual seria a forma de capitalismo e como se

daria o seu avanço ou sua inserção, no contexto da internacionalização da atividade petrolífera?

O Presidente Getúlio Vargas encaminhou ao Congresso Nacional, uma proposta para criação de uma empresa estatal, de capital misto, uma sociedade por ações, Petróleo Brasileiro S. A., sem uma conotação de monopólio e possibilitava que qualquer capital pudesse explorar petróleo, até mesmo, os capitais internacionais, como forma de tornar mais flexível a execução da política nacional de petróleo e assegurar o que seria imprescindível, através da criação de uma empresa, o controle nacional do setor petrolífero. Essa proposta levava a crer *que era mais importante descobrir o petróleo necessário para suprir o país do que manter as reservas sob o domínio exclusivo do Estado (SOUZA, 1997)*. Para surpresa do Governo a proposta não agradou a ala política de direita que se aliou à esquerda para derrotar o projeto de lei apresentada pelo Governo.

Os debates no Congresso se prolongaram até que, finalmente, em 28 de janeiro de 1953, o Deputado Euzébio Rocha, do Partido Trabalhista, apresentou um substitutivo em que indicava como solução do embate, a criação do monopólio estatal do petróleo que seria exercido pela PETROBRÁS e que teve a anuência do Presidente Getúlio Vargas. Para reforçar a proposta do deputado Euzébio Rocha, em 06 de junho de 1953, o deputado Bilac Pinto, da União Democrática Nacional – UDN, Partido de oposição ao Governo de Vargas, apresentou outro substitutivo em defesa do monopólio estatal do petróleo. A proposição de Euzébio Rocha era a de que a PETROBRÁS atuaria nos setores da produção, da refinação e da distribuição dos derivados do petróleo. Após os debates travados no Congresso e fora dele, no âmbito da sociedade brasileira, as conferências e os debates no Clube Militar – onde se destacam as conferências dos Generais Horta Barbosa e Juarez Távora -; finalmente, após 23 (vinte e três) meses de tramitação, o projeto de criação da PETROBRÁS foi aprovado pelo Congresso Nacional. Tendo o Conselho Nacional do Petróleo - CNP cumprido sua função ao constatar a existência de petróleo no subsolo brasileiro, bem como, realizou os estudos que apontavam para perspectivas de futuras descobertas, foi importante e influenciou na decisão do Congresso Nacional em aprovar a proposta do Governo, com as devidas alterações feitas pelos substitutivos dos deputados Euzébio Rocha e Bilac Pinto.

Dessa forma, a projeto foi encaminhado para a aprovação do presidente Getúlio Vargas que sancionou a Lei nº 2004, em 03 de outubro de 1953, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S. A. considerando o

setor petrolífero de segurança nacional. Ao constituir a PETROBRÁS como uma sociedade por ações de economia mista, o Estado assume o controle acionário.

Naquela mesma data, o Presidente Vargas enviou mensagem para dar ciência, ao povo brasileiro, da criação do monopólio do petróleo, onde destacava que a empresa fora construída com capital, técnica e trabalho dos brasileiros e era resultado de uma política nacionalista e dos movimentos sociais organizados. Assim nasceu a PETROBRÁS e com ela a expectativa do povo brasileiro ou a realização de um sonho nacional, de que essa empresa viesse desempenhar um papel importante no processo de consolidação da industrialização e do capitalismo brasileiro, bem como, no desenvolvimento socioeconômico do país.

Processo de Quebra do Monopólio Estatal do Petróleo: México e Brasil.

1 - PEMEX – Petróleos Mexicanos S. A.

O processo de quebra do monopólio estatal, no México, teve início com a incorporação das políticas do Consenso de Washington e do “Tratado de Livre Comércio (TLCAN)” impostos ao Governo mexicano, pelo governo dos EUA, durante o Governo de Carlos Salinas de Gortari, no período de 1988-1994, quando foi presidente pelo Partido Revolucionario Institucional (PRI). O objetivo do Governo americano era controlar os setores petrolífero e energético mexicanos, através das empresas transnacionais ou corporações petrolíferas americanas. A estratégia dos EUA tinha como ponto de partida o Tratado de Livre Comércio, e desta forma, elevar o México ao estágio de dependência estratégica, ou seja, subordinação econômica e financeira.

Com a anuência do Governo de Carlos Salinas a abertura da economia ao capital transnacional, consistiu na entrega de empresas estatais, de alta rentabilidade, ao grande capital nacional e estrangeiro que possibilitou a realização de inversões e acumulação de capitais. Esse resultado só foi possível porque o Governo absorveu a lógica imposta pelo Consenso de Washington, no qual *el neoliberalismo económico tiene un contenido ultraconservador, pregona la vuelta al liberalismo, doctrina de la libre empresa, opuesta a la intervención del Estado en la economía, que deja la regulación de ésta a la libre acción de las fuerzas del mercado: oferta y demanda* (CORNEJO, 1990). Os resultados desta decisão do Governo mexicano, em realizar a abertura com o objetivo de tornar a economia mais moderna e globalizada fez com que *todas las promesas de riqueza y bienestar prometidas al Pueblo de México por los tecnócratas extranjeros y nacionales del liberalismo fracasado, se han esfumado, dejando a su paso una pobreza que arrastra a la población a etapas de marginación que se creían superadas*

(SANDOVAL, 2011). A decisão de privatizar e desnacionalizar o setor petrolífero mexicano é resultado de ações de Governos do Partido Revolucionario Institucional (PRI) e do Partido Acción Nacional (PAN). O processo de quebra do monopólio do setor petróleo mexicano também teve seus momentos de tensões sociais, quando o governo de Salinas de Gortari ao aplicar seu programa em relação à PEMEX, *utilizo al ejército para que realizara la detención del líder del sindicato petrolero “La Quina”, don Joaquín Hernández Galicia, quien era el obstáculo para que gobierno pudiera aplicar su programa de profundización del neoliberalismo, de desintegración, privatización, desnacionalización y establecimiento de una relación obrero-patronal, en PEMEX, bajo los términos de esa política* (CORNEJO, 1990).

A Reforma Energética realizada pelo Governo de Felipe de Jesús Calderón Hinojosa, presidente pelo Partido Acción Nacional (PAN) no período entre 2006-2012, representa uma continuidade da política energética do Governo de Carlos Salinas, resultante da inserção do México no modelo neoliberal, levado a cabo pelos Estados Unidos, durante os anos de 1980 e 1990. Críticas foram feitas ao modelo de Reforma Energética, do Presidente Calderón, quando se refere aos objetivos, porque *consiste en la privatización de los objetivos de PEMEX. A través del uso de una terminología en la que se repiten expresiones tales como “modernizar a PEMEX” o “eficientar a PEMEX” se pretende justificar el abandono de los objetivos que la Constitución establece para una empresa pública, sustituyéndolos por los de las empresas privadas mercantiles* (DIAZ, 2009). A Reforma Energética realizada pelo Presidente Calderón foi resultado da combinação das normas do Governo Calderón e de um Grupo de Legisladores do PRI - Partido Revolucionario Institucional, formado pelos Senadores Beltrones e Labastida e pelo Deputado Gamboa. La Reforma Energética promovida por el gobierno de Calderón en 2008, constituye la culminación de un largo proceso de intervención de Estados Unidos; de su capital financiero y corporaciones transnacionales en la determinación de las políticas, tratados, acuerdos y alianzas con el Estado mexicano para lograr éste y otros objetivos de su estrategia globalizadora de integración hemisférica para acender al petróleo y demás recursos energéticos del continente, a su explotación, a sus beneficios extraordinarios y sus mercados (SAXE-FERNÁNDEZ, 2011).

Antes da privatização da PEMEX, um longo processo de reestruturação econômica (e especialmente, no setor petrolífero) feita pelos governos que antecederam ao Presidente Peña Nieto. Governos do Partido Revolucionario Institucional – PRI, desde de Luis Echeverría Álvarez (1970-1976), passando por José López Portillo (1976-1982), Miguel

De La Madrid (1982-1988), Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) até Ernesto Zedillo Ponce De Leon (1994-2000), e, do Partido Acción Nacional – PAN, Vicente Fox Quesada (2000-2006) e Felipe Calderón Hinojosa (2006-2012). *En cada renegociación de la deuda externa, el petróleo ha estado en el centro* (CORNEJO, 1990). A consolidação do processo de privatização da PEMEX ocorre no atual governo do Presidente Enrique Peña Nieto.

A Reforma Energética, promulgada em 20 de dezembro de 2013, pelo Presidente Enrique Peña Nieto, consolidou um processo de mudanças, no setor petrolífero mexicano, que culminou com a quebra do monopólio estatal de uma atividade estratégica e dinâmica da economia mexicana. As justificativas dadas pelo Presidente Peña Nieto, sobre a Reforma é que o *México se encuentra ante una oportunidad histórica. El país tiene la posibilidad de emprender una Reforma Energética, capaz de transformar y elevar la calidad de vida de todos los mexicanos. Hoy, gracias a las innovaciones tecnológicas globales y a trabajos de exploración, sabemos que México tiene la oportunidad de un nuevo crecimiento energético. Hoy, 75 años después de la Expropiación Petrolera, el país exige la misma decisión y determinación de aquel entonces. Por eso, el espíritu de esta Reforma recupera lo mejor de nuestro pasado, para conquistar el futuro. Esta iniciativa de Reforma Constitucional será primer paso para contar con un sector energético acorde al siglo XXI, competitivo y eficiente, que acelere el desarrollo del país* (PEÑA NIETO, 2013).

A proposta apresentada pelo Presidente Peña Nieto, assegura que a Reforma fortalece a soberania do México porque aumentará a produção nacional de petróleo, gás natural e outros derivados, o que permite a redução da atual dependência externa. Desta forma, o Governo assegura que ocorrerá uma redução nas importações de gás natural, gasolina e outros produtos como plásticos e fertilizantes.

A Reforma do setor energético também permitirá produzir mais energia elétrica de menor custo benefício, o que significa economia para os pequenos negócios e para as grandes indústrias, porque prever uma redução do custo de luz e gás natural. Isso permitirá ao México transformar matérias-primas e vender produtos de maior valor agregado para o principal sócio comercial, os Estados Unidos.

Em relação à PEMEX, o Governo mexicano assegura o papel estratégico na indústria petrolífera nacional, mediante a proteção as inversões que já foram realizadas, bem como, asseguram todos os direitos de extração/produção sobre os campos de petróleo em atividades. Também, a PEMEX terá prioridade sobre as melhores áreas de

exploração de petróleo e gás natural. A PEMEX poderá firmar consórcios com outras empresas petrolíferas para realizar exploração e produção de petróleo sempre que isto for de sua conveniência (o Brasil e Colômbia são utilizados como exemplo). Outra questão importante, assegurada pela Reforma, é a garantia a todos os direitos dos trabalhadores de PEMEX, que terá autonomia financeira para mantê-los em suas atividades. Também, garante a participação sindical dos trabalhadores no Consejo de Administración de PEMEX.

Com relação à exploração e produção de petróleo em águas profundas, a Reforma permite a participação de outras empresas que detém tecnologia capaz de realizar estas explorações, devam participar de concessões junto com a PEMEX nestas atividades. A Reforma Energética definiu modelos de contratos que terão o marco jurídico ou a regulação, definidos pelo *Congreso de la Unión*: i) *Contratos de servicios*, ii) *contratos de utilidade compartida*, iii) *contratos de producción compartida* y iv) *contrato de licencias*. *Em cada caso, se definirá el modelo contratual*. Além disso, foi criado o Fundo Mexicano do Petróleo para a estabilização e o desenvolvimento do país; *este recibirá todos los ingresos que correspondan al Estado Mexicano por asignaciones y contratos, a excepción de los impuestos y realizará los pagos y transferencias previstas en la ley*. Outro argumento em defesa da Reforma, destacado pelo Governo, refere-se às fontes energéticas renováveis pela sua importância em relação à sustentabilidade com o meio ambiente, haja vista que *debido a su falta de capacidad técnica y financiera, México presenta un retraso significativo en el despliegue de energias renovables a pesar de su potencial privilegiado*. Apesar de ser um grande produtor de petróleo e gás natural, sem a Reforma o México seria mais dependente e menos soberano, segundo o Presidente Peña Nieto, considerando que o país importa, atualmente, 33% do gás natural, 50% da gasolina, 65% dos petroquímicos, 30% do gás LP e 70% dos fertilizantes, do consumo interno.

Pudíamos resumir que la Reforma Energética aprobada representa una verdadera transformación del sector energético del país y sin duda le traerá enormes beneficios desde vários puntos de vista: financeiro, humano, empresarial, de negócios y sus multiplicadores de servicios (LOBO, 2014).

2 - PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S. A.

A PETROBRÁS sob o regime de monopólio estatal consegue se transformar na maior empresa da América do Sul e colocou-se entre as maiores empresas do setor petrolífero do mundo. Outro fator importante, da atuação da PETROBRÁS, foi a sua

internacionalização. Quando passou a atuar em diversos países nas atividades de exploração, produção e refino de petróleo. A internacionalização foi importante porque a estatal Petrobrás (a exemplo de outras estatais), criou as condições necessárias para a importação de novas tecnologias, e desta forma, dinamizar as atividades industriais. O Estado produtor e monopolista foi capaz de superar todos os obstáculos econômicos, sociais e políticos - no período em que a conjuntura internacional era crise e em recuperação -, adotando políticas, nos anos de 1990, capazes de estabilizar e equilibrar as atividades econômicas.

O processo que levou à quebra do monopólio estatal do petróleo foi resultado de um longo debate nacional, entre nacionalistas e liberais, que ocorreu durante a Reforma Constitucional em 1988, quando a ideologia do nacionalismo encontrava-se enfraquecido e onde as ideias neoliberais se fortaleceram e os interesses de grupos sociais, em privatizar as empresas do complexo petrolífero – inclusive as empresas do setor petroquímico - sob a tutela do Estado. O processo de privatizações de estatais, no Brasil, teve início no governo militar de João Batista de Figueiredo (1979-1985) e vai até o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), período em que se fortaleceu a lógica do neoliberalismo no mundo capitalista.

Após o ano de 1997, com as mudanças ocorridas com a quebra do monopólio estatal, estava a PETROBRÁS exposta aos desafios de aperfeiçoar as tecnologias de exploração e produção de petróleo, em águas profundas e a inclusão do gás natural na matriz energética brasileira, bem como, a construção da infraestrutura para sua distribuição (gasodutos) e utilização no processo de produção industrial. Nota-se que as políticas definidas pelo Estado (como maior acionista da PETROBRÁS), para as atividades petrolíferas, não desvincularam as metas de produção nacional de petróleo, daquelas concernentes ao setor petroquímico, considerado além de estratégico e o mais dinâmico, para a ampliação e consolidação da estrutura industrial brasileira, um setor preponderante para o desenvolvimento nacional.

Chega-se a uma constatação de que, todo processo desencadeado pela política de privatizações de estatais tinha como objetivos: a) a redefinição do papel do Estado, dentro de uma configuração imposta pela economia mundial; e, b) realizar uma reorganização econômica da burguesia ou elite brasileira (associada ao capital internacional), em virtude da crise econômica dos anos de 1980 e 1990, com a transferência (ou apropriação) do patrimônio público (via privatizações ou quebra de monopólios) para o capital privado. Esses objetivos estavam de acordo com a lógica

imposta pelos preceitos do neoliberalismo, aos países em desenvolvimento ou “emergentes”, dentre eles se encontram Brasil e México.

Nos anos 1990, com a crise do nacionalismo, tem início uma nova fase da história da PETROBRÁS, com a privatização de estatais do setor petroquímico; com a quebra do monopólio das atividades de exploração e produção de petróleo; e, com o processo de reestruturação produtiva (inovações tecnológicas e organizacionais). O desenvolvimento das atividades petrolíferas, pela PETROBRÁS, fundamentou-se em uma exigência: aumento da produtividade, como resultado da eficiência no processo produtivo, que fosse capaz de atender as necessidades demandadas pela economia nacional.

A análise das políticas da PETROBRÁS após a quebra do monopólio estatal do petróleo e a privatização da quase totalidade do setor petroquímico, na década de 1990, pode explicar as perspectivas ou possibilidades de desenvolvimento da economia brasileira, nesse novo cenário, de conformidade com as mudanças ocorridas na PETROBRÁS. Desta forma, a partir da constatação se as atividades da PETROBRÁS expressam um desenvolvimento nacional, após a quebra do monopólio estatal do petróleo ou se suas políticas priorizaram uma nova lógica da financeirização globalizada. Isso significa que, essa nova lógica da PETROBRÁS se volta para o processo de produção como o meio para obter lucros, com o objetivo de remunerar acionistas nacionais e internacionais.

Como resultado da reestruturação, no Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (2003-2010), novos desafios foram impostos à PETROBRÁS, para a implantação de uma política com eficiência e eficácia, para atender uma nova lógica administrativa, resultado da internacionalização de suas atividades. Desta forma, a PETROBRÁS se tornou uma empresa de produção de energias renováveis (eólica, solar, hídrica, termoelétrica, biomassa e biocombustível), além, da exploração e produção de petróleo e gás natural, na camada do pré-sal, criando novas perspectivas de se tornar nos próximos anos, detentora das maiores reservas de petróleo do mundo e conseqüentemente, o Brasil como grande produtor e exportador de petróleo. As recentes descobertas realizadas pela Petrobrás, na área do pré-sal localizada numa extensão de 800 km, entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo que engloba três bacias sedimentares: Campos, Santos e Espírito Santo, marcam o início de uma nova era na atividade petrolífera brasileira.

Assim, inaugura-se uma nova era da indústria petrolífera brasileira que em 2007, quando a PETROBRÁS descobre, na Bacia de Santos, uma grande concentração de petróleo e gás natural, na área denominada Tupi, mas, especificamente, na camada do

pré-sal, sendo considerada a nova fronteira da exploração e produção de petróleo que poderá aumentar as reservas atuais de petróleo e gás natural. A produção de petróleo, na camada do pré-sal, hoje, é uma realidade iniciada no dia 01/05/2009, nas jazidas da área de Tupi, que representa uma mudança no perfil das reservas da PETROBRÁS, além, da qualidade do petróleo produzido, do tipo pesado, o que reduzirá a importação de óleo leve e gás natural.

Para consolidar as atividades petrolíferas, na camada do pré-sal, o Governo brasileiro encaminhou ao Congresso Nacional três Projetos de Lei que foram aprovados e que alteram a Lei do Petróleo, em 1997, até então a vigente legislação petrolífera brasileira. Destacam-se os principais pontos dos Projetos de Lei:

O primeiro (PL nº 5938/2009), dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, alteram os dispositivos da Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997, que estabelece as mudanças no regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à restituição do custo em óleo, bem como a parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato. Foram mantidos todos os contratos de Concessão assumidos anteriormente.

O segundo (PLC nº 309/2009), trata da autorização do Congresso Nacional ao Poder Executivo, para criar a empresa pública, sob a forma de sociedade anônima denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PETRO-SAL, devendo funcionar de forma vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e cujas atribuições envolvem a gestão de duas espécies contratuais: contratos de partilha de produção e contratos de comercialização de petróleo e gás natural. C Competências da PETRO-SAL: praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, como também, praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos para a comercialização de petróleo e gás natural da União. A PETRO-SAL representará a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas.

O terceiro (PL nº 5940/2009), trata de criação do Fundo Social – FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de

constituir fonte de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental. Foram definidos como objetivos: constituir poupança pública, em longo prazo, com base nas receitas auferidas pela União; e, oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza, educação, ciência e tecnologia.

Desta forma, a Reforma Energética brasileira, especificamente, ao tratar da questão petrolífera, assegura ao Estado brasileiro o controle da estatal, como detentor de 57% das ações da Petrobrás.

Conclusões

As especificidades históricas entre PEMEX e PETROBRÁS são diversas. A historicidade da gênese do monopólio estatal, nos dois países México e Brasil, mostra que muitos fatos marcantes, definiram a participação do Estado, como agente produtor e regulador, nas atividades econômicas. Também, é importante observar as perspectivas da participação, da PEMEX e da PETROBRÁS, após a quebra do monopólio estatal, na geopolítica do petróleo, no que se refere a autonomia do Estado Nacional no controle das reservas e da produção de petróleo e gás natural, além, dos benefícios econômicos e sociais oriundos dessa atividade.

Enquanto, no México, o monopólio estatal do petróleo foi resultado de fatos históricos como a Revolução Mexicana entre 1910 e 1920; a organização do “*Sindicato dos trabajadores Petroleros de la República Mexicana*”, em 1935; a expropriação de “*los ferrocarriles*”, em 1937; a nacionalização das terras foi importante porque o Estado distribuiu entre os camponeses e assegurou as riquezas do subsolo em seu poder e a nacionalização do setor petrolífero mexicano em 1938, com base na “*ley de expropiación*”, que deu origem a Pemex.

No Brasil, o monopólio estatal do petróleo teve fatos históricos com menores tensões sociais, porque inicia com a criação do Conselho Nacional do Petróleo – CNP, em 1938 (ano da criação da PEMEX); um longo debate entre nacionalistas e liberais que ocorreu entre o final da década de 1940 e 1953 no Congresso Nacional e no Clube Militar, do Rio de Janeiro, que originou a campanha “O Petróleo é Nosso”. Essa manifestação teve a participação popular, tornando-se uma questão nacional radical contra o Estatuto do Petróleo (idealizado no Governo Dutra 1946-1950) e a favor da nacionalização do setor petrolífero. Após a aprovação no Congresso Nacional da proposta do Governo, foi

instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S. A., e, considerando o setor petrolífero de segurança nacional.

Observa-se que existia um pensamento hegemônico, nos dois países, que defendiam a tese da soberania nacional e não estava descolada da ideia da segurança nacional, e significava que a atividade petrolífera seria capaz de criar as condições necessárias – uma infraestrutura energética - ao desenvolvimento industrial e colocaria o país no caminho do desenvolvimento econômico e social.

Em relação ao processo de quebra do monopólio estatal, no México, à PEMEX não enfrentou grandes embates políticos, mas foi resultado de políticas energéticas, postas em prática, pelos Governos que antecederam ao Presidente Peña Nieto. Essas políticas tinham como objetivo a reestruturação das atividades petrolíferas mexicanas, sob a lógica neoliberal imposta pelos Estados Unidos, entre os anos de 1970 até 2012. O Governo de Peña Nieto representa a concretização de todo planejamento realizado naquele período, com o objetivo de quebrar o monopólio estatal do petróleo e realizar a abertura dessa atividade ao capital estrangeiro.

A quebra do monopólio estatal do petróleo, no Brasil, a PETROBRÁS foi vítima das teses neoliberais que dominaram a Reforma Constitucional de 1988, resultando em um processo de privatização, da quase totalidade, das atividades do setor petroquímico. Após a Reforma Constitucional de 1988, o Governo Collor (2000-2002), iniciou um processo de enfraquecimento da estrutura produtiva da PETROBRÁS, com políticas que afetaram os Planos de investimentos das atividades de exploração, produção e distribuição de petróleo e seus derivados.

Por último, como podemos observar a PEMEX e a PETROBRÁS, no contexto atual, dentro de um cenário de perspectivas e expectativas criadas após essa nova realidade em que estão inseridas as duas empresas petrolíferas.

Em virtude das mudanças recentes da PEMEX (2014), destaca-se o mais importante da Reforma Energética, quando assegura que todas as reservas de petróleo, no subsolo, continuam propriedade da Nação. Também, sob a responsabilidade da Nação, a exploração e extração de petróleo, como também o planejamento e o controle do sistema elétrico; a transmissão e a distribuição de eletricidade. Empresas privadas ou particulares poderão participar de todas as atividades petrolíferas e do sistema de eletricidade, mediante as modalidades de permissão ou contratos. O sucesso dessa Reforma dependerá dos resultados obtidos de acordo com as perspectiva do Presidente Peña Nieto, quando afirmou: *Con esta Reforma haremos del sector energético uno de*

los motores más poderosos de la economía nacional. Ojalá, que todas as expectativas se realizem, em um futuro próximo.

O novo contexto em que se insere o setor petrolífero brasileiro, tendo a PETROBRÁS como grande responsável por esse sucesso, resultado da reestruturação que ocorreu durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que se tornou uma empresa integrada de Energia e atuando nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia. Portanto, a exploração e produção de petróleo e gás natural na camada do pré-sal constituem o novo marco histórico da PETROBRÁS, e a destaca como a maior empresa da América do Sul.

Bibliografia

COMBLIN, Padre Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORNEJO, Sarahi Ángeles. **Privatización monopólica y desnacionalización de PEMEX, ¿hasta donde?**. México D. F.: UNAM - Revista Latinoamericana de Economía, vol. XXI, Instituto de Investigaciones Económicas, 1990.

CUPERTINO, Fausto. **Os contratos de risco e a Petrobrás (o petróleo é nosso e o risco deles?)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

DE LA BORDA, Joel Alvarez. **Crónica del petróleo em México: de 1863 a nuestros días**. México D. F.: Archivo Histórico de PEMEX, 2006.

DIAZ, Manuel Bartlett. **Reforma energética: un modelo privatizador**. México D. F., 2009.

ESPERANZA, Durán. **El petróleo y la revolución en México: trayectoria de una política petrolera nacional**. Cuadernos sobre prospectiva energética, n° 57, México D. F.: El Colégio de México, 1984.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

LOBO, Luis Vielma. **Hacia una nueva visión petrolera**. Edición No. 60, México D.F.: Energía a Debate, 2014.

PAZOS DE LA TORRE, Luis. **Los dueños de PEMEX – Del Saqueo a la Reforma**. México, D.F.: Editorial Diana, S. A. de C.V., 2008.

ROUSSEAU, Isabelle. **Mercado, Seguridad y Soberanía Nacional: las dinámicas contrdicatorias de la Política energética mexicana (Hidrocarburos) en el Marco de la integración del Norte de América.** IN: ¿Hacia la integración de los mercados petroleros en América? 1ª ed. México D. F.: El Colégio de México, CEH, 2006.

SANDOVAL, Alfonso Hickman. **La reconversión industrial: inicio de las reformas neoliberales privatizadoras en Pemex previas a la Reforma Energética 2008.** IN: Reforma Energetica. Anticonstitucional, Privatizadora y Desnacionalizante. México D. F.: Grupo Ingenieros Pemex – Constitución 17, 2011.

SAXE-FERNÁNDEZ, John. **Reforma Energética anticonstitucional, privatizadora y desnacionalizante.** Grupo Ingenieros Pemex – Constitución 17, México D. F., 2011.

SOUZA, Roberto G. de. **Petróleo: historia das descobertas e o potencial brasileiro.** Niterói: Editora Laboure Lima, 1997.

ZULETA, Maria Cecilia. **Percepciones del nacionalismo petrolero mexicano en el Rio de la Plata, 1914-1939.** In: Boletim Archivo Histórico de Petróleos Mexicano, nº 14. México D. F.: Boletim Pemex, 2013.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é comparar a história do monopólio do petróleo, no México e no Brasil, identificando as especificidades de cada um, que expliquem como ocorreu o processo de privatização das atividades de exploração e produção de petróleo. No México foi resultado da Reforma da Política Energética, do Presidente Enrique Peña Nieto e no Brasil, com os debates concentrados no Congresso Nacional que culminou com a Reforma Constitucional de 1988 e o Processo de Privatizações, na década de 1990. Os pressupostos fundamentais para essas transformações nas atividades petrolíferas, mexicana e brasileira, estão baseados nos preceitos da política neoliberal, sob a lógica da privatização de estatais. Com disse o Presidente Peña Nieto em sua proposta de Reforma: *Con esta Reforma haremos del sector energético uno de los motores más poderosos de la economía nacional.* A PEMEX e a PETROBRÁS são duas empresas com histórias distintas, porém, com mudanças estruturais e/ou organizacionais coincidentes. Outra característica que as difere é a forma e as circunstâncias, como foram constituídos esses monopólios, sob a intervenção do Estado Nacional.

Palavras-Chave: Pemex – Petrobrás – Privatização – Marco Regulatório.